

Workshop Ciência, Política e os Media

Como traduzir conhecimento científico em decisões políticas

Fundação Calouste Gulbenkian, 15 de Abril de 2010

Sessão 2: Ciência, Política e Media

Luiz Fagundes Duarte

Comissão de Educação e Ciência, Assembleia da República

"Truth arises more readily from error than from confusion."

Francis Bacon (1561-1626).

Começo por felicitar os organizadores desta oficina em que se pretende debater as relações entre a Ciência, a Política e os Meios de Comunicação social – e colocar-me no meu lugar de académico e investigador de uma disciplina das humanidades que, de passagem, é também decisor político. E congratulo-me por a iniciativa ter partido do mundo científico, pela mão de jovens investigadores que me parecem inaugurar um novo paradigma na maneira de entender a Ciência na sua relação com aqueles a quem ela se destina: os cidadãos.

E recordo, em jeito de palavra forte, a frase que, no último Café Ciência que o Ciência Viva tem vindo a organizar, uma vez por ano, na Assembleia da República e em colaboração com a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, foi dita por um jovem investigador aqui presente: «É preciso educar os Deputados!».

A minha presença aqui – embora já então eu a tivesse confirmado – é a resposta a este repto: como deputado e presidente da Comissão de Educação e Ciência, estou aqui para ser educado, e reflectir com os presentes sobre as perguntas que foram lançadas à discussão nesta sessão.

Antes disso, porém, gostava de contar uma história quase com quinhentos anos de vida:

[powerpoint]

Esta poderá ser uma história de proveito e exemplo, que traduz, em meu entender, um problema que, sendo embora marginal, tem afectado a relação da comunidade científica com os cidadãos: a falta de comunicação. E, por arrastamento, a necessidade de se criarem paradigmas sustentados – científicos – que permitam guiar a caminhada do homem na sua história. Só assim, e citando Thomas Kuhn, um domínio de investigação se poderá transformar numa ciência.

Fernão de Oliveira, aparentemente, falhou, porquanto não conseguiu transformar em paradigma o seu modelo de representação gráfica das vogais do Português. Ou pelo menos não o conseguiu generalizar à população de escreventes da nossa língua. Mas, vistas as coisas à distância, o nosso aventureiro dos navios e da gramática acabou por não falhar: que outra coisa será o alfabeto fonético internacional (que todos nós conhecemos, por exemplo, dos dicionários bilingues) senão o trilhar de um caminho aberto por Fernão de Oliveira (que foi, apenas, o autor da segunda gramática mais antiga das línguas românicas, a seguir ao espanhol Antonio de Nebrija, autor da Gramática de la lengua castellana, de 1492...))

Esta dificuldade de se fazer entender pelo vulgo não é, no entanto, característica da comunidade científica. De resto, parece que em matéria de intercomunicação andamos todos de candeias às avessas: os cientistas acham que os decisores políticos não os querem ouvir – e acham que é preciso educá-los; os decisores políticos não levam a sério, por regra, os cientistas, a quem nunca, ou apenas raramente, recorrem quando fazem e discutem as leis que vão interferir com a vida de toda a gente; e os cidadãos acham que os cientistas não são gente deste mundo, e que os políticos, além de tendencialmente corruptos, não fazem nada que se recomende...

E no entanto, nenhuns de nós – cientistas, políticos, cidadãos – conseguem viver sem os outros. E todos nós, afinal, precisamos de uma quarta categoria de actores: os jornalistas. A quem, de certa maneira, todos os outros, mas sobretudo os cientistas e os políticos, gostariam de educar. Porque é por meio deles que cientistas e políticos, se quiserem furar as camisas de força que são os rituais que organizam as respectivas actividades, e ultrapassar os circuitos de pares inter pares em que por

hábitos e contingências se movem, falando uns para os outros, conseguem comunicar com o cidadão comum.

Tudo não passa, afinal, de uma questão de linguagem. E de a saber utilizar.

Caberá aos cientistas traduzir os seus códigos de expressão inter pares em linguagem de comunicação comum. Porque só eles sabem encontrar e medir as palavras que todos podem entender, sem por entre elas deixarem perder o essencial. E porque só eles podem ajudar os políticos a encontrarem o rigor da linguagem necessário para que as leis sejam justas e inteligíveis.

Caberá, em contrapartida, aos decisores políticos deixarem aos cientistas – aqui entendidos como os “técnicos” que não condicionam a sua actividade aos interesses das máquinas partidárias e das clientelas políticas – o papel de instrutores do processo legislativo, e deixarem que a sua linguagem, de tradição e modelo jurídicos, seja contaminada pela linguagem do conhecimento.

Caberá, finalmente, aos agentes dos órgãos de comunicação – aos jornalistas, lato sensu – a tarefa de transmitir aos cidadãos, crítica e ajuizadamente, aquilo que do trabalho dos cientistas e dos decisores políticos se pode transformar em bem comum.

No final, concluiremos que todos contribuirão para a educação dos outros. Nós, e os outros...